

Os estudos da religião em tempos de covid-19.

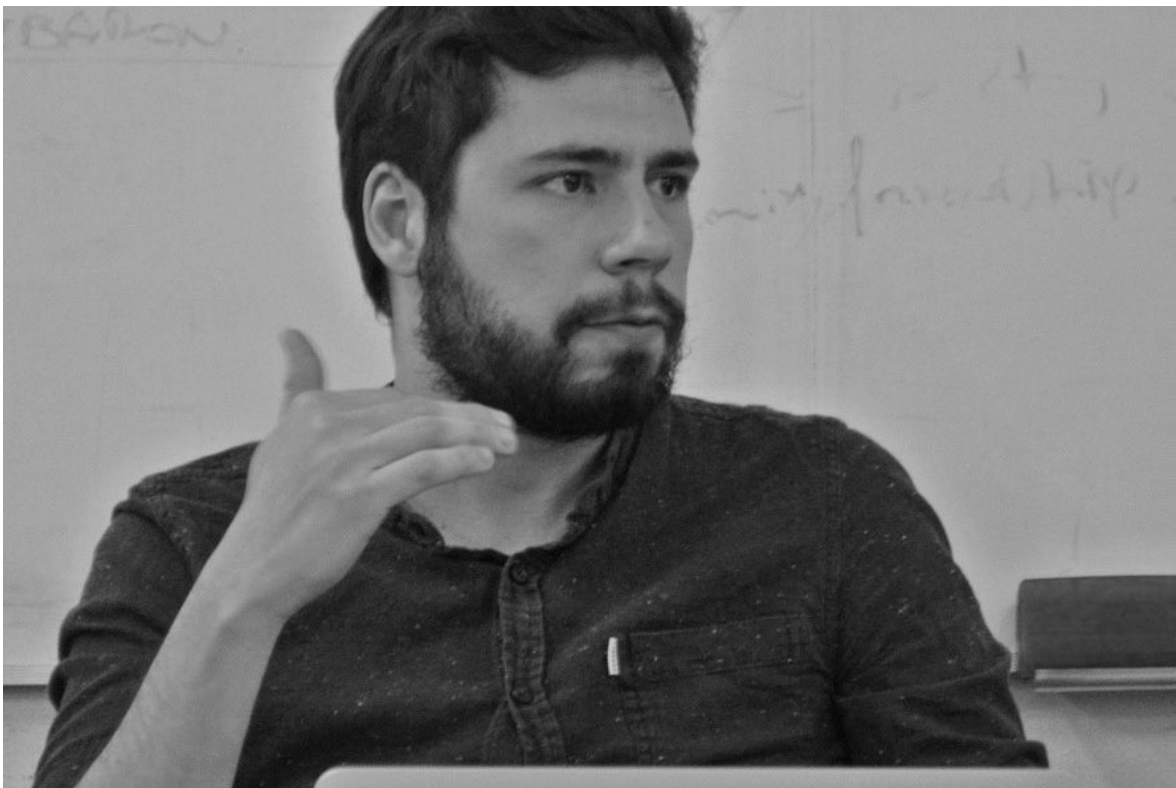
Studies of religion during the covid-19. Interview with Rodrigo Toniol

Waldney de Souza Rodrigues Costa*

Emerson José Sena da Silveira**

Diego Omar da Silveira***

 <https://doi.org/10.29327/256659.12.1-2>



Como sugeriu Emerson Giumbelli em seu texto publicado no *Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus*, “para quem pesquisa a presença pública das religiões, a epidemia do coronavírus vem trazendo um instigante conjunto de situações a

*Doutor em Ciência da Religião pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Professor e chefe do Departamento de Ciências da Religião da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: professorordney@gmail.com.

** Doutor em Ciência da Religião, antropólogo, professor associado do Departamento de Ciência da Religião da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). E-mail: emerson.pesquisa@gmail.com.

*** Mestre em História pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Professor do Centro de Estudos Superiores de Parintins (CESP) da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: diegomarhistoria@yahoo.com.br.

acompanhar” (Giumbelli, 2020, p. 506). Situações inusitadas, ainda em curso, dadas pelo necessário isolamento social, têm imposto tanto às religiões quanto aos seus analistas a necessidade de repensar o papel dos vínculos pessoais na organização dos cultos e na manutenção dos templos abertos, tanto quanto a caracterização das Igrejas como “serviço essencial” implica no reconhecimento implícito, em geral por parte do Estado, de que as religiões estão no “fundamento da sociedade” – um tipo de equação que não está isenta, é claro, de consequências políticas e nem mesmo sanitárias, já que as aglomerações são responsáveis pela transmissão acelerada do vírus.

Esses temas, bem como os desafios de manter ativas as redes de pesquisadores do campo religioso brasileiro e latino-americano, estão na conversa que tivemos, por e-mail, com Rodrigo Toniol, professor adjunto do Departamento de Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre e doutor em Antropologia Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Toniol tem se destacado pelo excelente trabalho de edição na revista *Debates do NER* e pelo esforço de estreitar os vínculos entre a academia e a sociedade, empreendimentos que o levaram à presidência da Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM) e a tornar-se colaborador da plataforma *Estado da Arte*, ligada ao jornal paulista *O Estado de São Paulo*. Além disso, têm publicado nos últimos anos um relevante conjunto de artigos em periódicos acadêmicos nacionais e internacionais e organizado coletâneas, como *Cientistas sociais e o Coronavírus* (ANPOCS, 2020), *Como as coisas importam: uma abordagem material da Religião – Textos de Birgit Meyer* (Editora da UFRGS, 2019) e *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos* (Editora da Unicamp, 2018). Foi também co-editor da *Encyclopedia of Latin American Religions* (Springer, 2015).

Na entrevista, que buscamos manter em uma linguagem bem acessível e coloquial, ele nos contou um pouco de sua trajetória e de seus interesses atuais de pesquisa, muito embora, como os leitores notarão, a situação com a Covid-19 tenha ocupado o centro de nossas atenções.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Rodrigo Toniol, como tem sido sua trajetória de estudos na área de religião nos últimos anos?

Rodrigo Toniol: Considerando os últimos 5 anos, tenho me dedicado a explorar um universo que me parece fascinante e ainda pouco investigado pelos estudiosos da religião. Meu ponto de partida mais geral, no entanto, é quase um lugar comum na área: as articulações entre religião e saúde. Certamente esse é um campo vigoroso na área, com uma longa tradição e vasta bibliografia, tanto internacional quanto nacional. Em uma mirada mais geral, esse campo de debates parece ter se concentrado em dois grandes universos. De um lado, a análise de sistemas de saúde-doença próprios de grupos religiosos. Os sistemas de tratamento e cura da umbanda, do espiritismo, do catolicismo carismático, das religiões de matriz africana e do pentecostalismo já foram objeto de inúmeras investigações, por exemplo. De outro lado, sobretudo a partir da década de 1990, observamos o aumento no interesse em um campo que atraiu a atenção de muitos pesquisadores, a chamada Nova Era. Caracterizada por um intenso processo de desinstitucionalização da religião e, ao mesmo tempo, de dispensa da mediação religiosa, os debates sobre Nova Era também ampliaram a circulação de uma categoria que é chave para minhas pesquisas mais recentes, espiritualidade. Nesse caso, espiritualidade seria distinta da religião justamente por um traço pouco institucional – contrário à religião. A atenção à Nova Era também colocou na pauta do dia as chamadas terapias alternativas, que durante algum tempo foram interpretadas como um fenômeno associado.

Meus interesses de pesquisa atuais fazem um giro nesse campo da religião e saúde, colocando foco no que tenho chamado de “espiritualidades institucionalizadas”. Em um primeiro momento estive interessado na oficialização das terapias alternativas no SUS. Portanto, o que estava em jogo era a consolidação de uma política de saúde que colocou um fenômeno que vinha sendo descrito pela literatura como marcadamente das classes médias, urbanas, escolarizadas e ‘nova ericadas’, em postos de saúde da periferia e do interior do país. Em sequência, e essa é a chave de pesquisa sobre a qual eu ainda me dedico, passei a me concentrar no interesse das ciências médicas pela “espiritualidade”. Tenho feito pesquisa, junto a um grupo muito animado de estudantes e pesquisadores convidados, em: 1) laboratórios de médicos pesquisadores que investigam os impactos da espiritualidade na saúde; 2) os usos clínicos da espiritualidade; 3) a mobilização da categoria espiritualidade em políticas oficiais de saúde. Interesse-me, portanto, por essa categoria difícil, “espiritualidade”, no campo da saúde – não em contextos marginais ou alternativos, mas no *mainstream*, como em hospitais universi-

tários, na Organização Mundial da Saúde e em grupos de pesquisas registrados no CNPq. Este é um projeto apoiado pela Fapesp e, individualmente, o tema de minha própria bolsa de produtividade no CNPq.

É claro que como especialista em religião, assim como outros colegas, eu também me vi impelido a contribuir com o debate público sobre religião e política. Por dever do ofício também tenho feito intervenções nesse campo. Algumas dessas intervenções em artigos acadêmicos, mas muitos outros na grande imprensa, principalmente na coluna regular no jornal *O Estado de São Paulo* que assino desde 2019. Essa é uma experiência ainda nova e desafiadora para mim, mas que me sinto na responsabilidade de manter ativa.

Para terminar, tenho que dizer que o cargo de presidência da Associação dos Cientistas Sociais da Religião do Mercosul (ACSRM) me colocou também diante da necessidade de atuar em política científica, fazendo articulações e mergulhando em realidades distintas da academia brasileira. Esse tem sido um aprendizado marcante e que também tem dado o tom de minha atuação no campo da religião nos últimos anos.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Em textos publicados no Jornal *O Estado de São Paulo*, em especial no *Além do vírus* (Toniol, 2020), você tem defendido que, embora o vírus seja um agente biológico, a pandemia é resultado de uma série de fatos que extrapolam em muito esse recorte. Algo que vemos como próximo ao conceito de sindemia, de Marrill Singer (2009). Que fatos religiosos você destacaria como mais evidentes componentes da pandemia ou sindemia de covid-19?

Rodrigo Toniol: Quero começar fazendo um comentário sobre esse conceito de sindemia. Ele parece apontar para uma dimensão necessária na intervenção das ciências sociais no debate público sobre a pandemia. Pelo que compreendo, fundamentalmente o que ele indica é que a pandemia é resultante de um conjunto de sinergias. Isso é, resultado de uma espécie de alinhamento de um amplo conjunto de fatores, relacionados com questões da biologia do vírus, mas também com dimensões bastante alheias a isso. Neste mesmo texto que vocês citaram esse foi o meu argumento. O artigo foi publicado logo no início da pandemia no Brasil, na segunda semana de março [de 2020], quando nem meia dúzia de casos haviam sido identificados no país. Quando o escrevi, no entanto, eu estava ter-

minando uma temporada de três meses como pesquisador visitante na Universidade de Utrecht, na Holanda. E por lá desde fevereiro a tensão com relação à iminência da pandemia já estava instaurada.

Basicamente o que argumentei naquele texto foi que a materialização da pandemia não depende apenas da atividade do vírus em si, mas que sua existência como um fato social depende da associação de elementos bastante dispersos: pareceres da OMS, pronunciamentos da comunidade científica, atitudes de governos nacionais, voos transatlânticos, etc. Com isso não estou querendo jogar água no perigoso moinho de algum construcionismo raso, não se trata de negar a realidade da pandemia, mas de situá-la como um fato social, na complexidade que isso carrega. Em certo sentido, portanto, qualquer pandemia é também uma sindemia. Afinal, não há univocidade nos eventos, eles sempre são múltiplos.

Com relação à parte da religião no evento da pandemia, consigo reconhecer alguns elementos. Antes mesmo da pandemia ganhar força no Brasil uma notícia que nos colocou diante de uma situação envolvendo religião foi a de uma igreja evangélica no Coréio do Sul, identificada como um dos espaços-chaves na disseminação do vírus, segundo o rastreamento feito pelo governo. No Brasil, não temos nenhuma informação quanto ao rastreamento do contágio e o possível papel que eventos religiosos tenham tido nisso. Ainda assim, as religiões tiveram papel ativo na construção da nossa experiência de pandemia. E digo isso pensando em pelo menos três dimensões. Primeira, a suspensão dos serviços religiosos é, em si, um dos fatos mais marcantes do campo religioso nas últimas décadas. Quais serão os seus efeitos e como as obrigações religiosas têm sido realizadas mesmo diante deste cenário são questões ainda a serem respondidas. A segunda dimensão está relacionada com o ímpeto negacionista por parte de alguns líderes religiosos, sobretudo no início da pandemia, que nos colocou diante de um cenário catastrófico e que rapidamente ganhou ainda mais densidade com a atuação de políticos que tentaram garantir as igrejas abertas. Certamente esse foi/tem sido um novo capítulo dos debates sobre religião, política e espaço público no país. Por fim, destaco as leituras escatológicas da pandemia. As formas religiosas de interpretação deste evento constituem outro aspecto que certamente podem render pesquisas aprofundadas em um futuro próximo.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Muitos fatos relacionados ao cristianismo evangélico ganharam destaque no Brasil. Essa vertente religiosa tem

inclusive uma presença destacada na seção *Religião* do livro *Cientistas Sociais e o Coronavírus*, que você organizou com a Miriam Grossi. Mas você podia comentar mais sobre outras vertentes em relação à COVID-19? O que você destacaria, por exemplo, no campo católico e nas religiões *new age*?

Rodrigo Toniol: Desde a década de 1980 diversos pesquisadores da religião começaram a atentar para a mediatização do pentecostalismo e do catolicismo brasileiro. As contribuições do próprio Emerson Sena são demonstrações desse interesse. Tenho a impressão de que a situação colocada pela pandemia nos impôs a necessidade de retomar essas pesquisas e avaliar o novo patamar de mediatização religiosa que atingimos. Cultos e missas transmitidas virtualmente, grupos de oração no *Facebook*, comunidades religiosas no *WhatsApp*, são apenas os exemplos mais imediatos que me ocorrem deste novo momento. As adaptações ritualísticas, as acomodações litúrgicas e as próprias escolhas de enquadramento e do que deve ser transmitido em *lives* por parte de sacerdotes e pastores me parecem um prato cheio para novas pesquisas.

Nocampocatólico, a pandemia ganhou contornos imagéticos com acena tão sedutora quanto melancólica do Papa Francisco atravessando a Praça de São Pedro até o altar, sozinho, cercado por um vazio retumbante. O vazio, as ausências e todo aquele cenário foi preparado para produzir as sensações que provocou. Aquele vazio é uma forma estética, manejada pela Igreja Católica cuja relevância na formação estética do Ocidente eu nem preciso comentar. Adriano Godoy (2020) escreveu um belo texto sobre isso para o site do LAR/Unicamp (Laboratório de Antropologia da Religião).

Quanto à Nova Era, embora não tenha conseguido acompanhar muito de perto, chegaram até mim práticas que também merecem nossa atenção, como as de interpretação do mapa astral do coronavírus, as leituras que associaram a própria pandemia com uma etapa importante da Era de Aquário, a popularização de canais no *YouTube* de cartomantes e por aí vai.

Também me sinto impelido a destacar a relação das religiões de matriz africana com a pandemia, que também ainda me parece pouco explorada. Afinal, como cumprir com as obrigações rituais dos terreiros em tempos de isolamento social? 2020 foi ano de Xangô, um orixá de justiça, como esse fato está relacionado com o que vivemos e como isso tem sido elaborado nas casas?

A pandemia trouxe consigo uma verdadeira agenda de pesquisa, espero que tenhamos fôlego para explorá-la.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Nesse contexto, o estudo das religiões produzido pelas Ciências Humanas não deveria ser levado mais a sério?

Rodrigo Toniol: Sem dúvidas, mas essa afirmação deve trazer consigo um conjunto de questões difíceis. Como isso pode ser revertido? Quanto dessa afirmação pode ser colocada na conta de uma onda mais recente de anti-intelectualismo? Por um lado, é preciso reconhecer que nunca tivemos tantos programas de pós-graduação na área de ciências humanas fortes como temos agora. Nunca a produção de artigos acadêmicos e também de livros escritos por acadêmicos para um público mais amplo foi tão fácil. Por outro lado, essa sensação de que as ciências humanas não são ouvidas é uma constante.

De minha parte, continuo apostando que a ampliação de cursos em ciências humanas tanto no nível de graduação quanto de pós-graduação dará frutos apenas daqui alguns anos. Está claro que nem todos esses novos profissionais permanecerão na carreira acadêmica, mas descobrirão novas formas de atuação profissional, de inserção nos debates nacionais. Tenho a impressão de que a emergência de novas plataformas de informação como o jornal virtual *Nexo*, cujas editoras e muitos dos contribuidores têm trajetórias vinculadas às ciências sociais, serão cada vez mais comuns. Isso não é desprezível.

Ao mesmo tempo, aqueles que como nós estão na carreira acadêmica, também precisam ampliar a disposição de intervenção no debate não especializado. E isso passa tanto pela presença na grande mídia, como na criação de estratégias de comunicação diversificadas. A experiência do boletim *Cientistas Sociais e o Coronavirus* me parece ser um exemplo claro. Na política editorial da publicação nós insistimos em duas características que para nós eram fundamentais: os textos deveriam ser curtos (no máximo 1.000 palavras) e seriam publicados sempre com uma imagem atrativa. Nosso objetivo com isso era bastante específico, a viabilidade desses textos circularem nas redes sociais. O retorno foi imediato. Alcançamos um público leitor que raramente acessa os resultados de nossas pesquisas quando publicadas em periódicos científicos, usualmente com linguagem mais hermética e de difícil acesso para quem

não é do meio. Uma coisa não substitui a outra, apenas me parece claro que é hora de também investir nesses novos formatos.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Diante da COVID-19, várias organizações acadêmicas dedicadas ao estudo das religiões, como a ANPTECRE, a AMAR, a SOTER e a própria ABHR, têm se esforçado para ser parte da solução e não da própria pandemia/sindemia. Você pode nos falar um pouco sobre os desafios que enfrentou à frente da ACSRM e o impasse da realização da 20ª Jornada sobre Alternativas Religiosas na América Latina?

Rodrigo Toniol: Adiar a Jornada foi uma decisão difícil de ser tomada. Eu assumi a presidência da Associação por um mandato de dois anos, que se encerraria justamente no evento que realizaríamos no Brasil. Nós já havíamos recebido mais de 500 inscrições e possivelmente teríamos um recorde de participação. Os conferencistas já estavam confirmados, as mesas-redondas retomavam temas mais clássicos, mas também garantimos um amplo conjunto que trazia debates bastante recentes do campo. Quando assumimos a direção da Associação recebemos a incumbência de formalizar uma mudança grande, inclusive rebatizando-a como Associação dos Cientistas Sociais da Religião da América Latina. Efetivamente a Associação já é latino-americana e em São Paulo celebraríamos essa amplitude. No entanto, justamente por conta deste perfil internacional da Associação, a Jornada dependia da possibilidade das pessoas circularem livremente, da liberação das fronteiras, da disponibilidade de voos, enfim, não havia possibilidade de manter o evento. Adiá-lo também significava manter a diretoria empossada por mais um mandato de dois anos, já que decidimos ser prudentes e deixar o evento para 2022.

Diante desse quadro, o desafio que se impôs foi o de tentar continuar promovendo encontros e diálogos entre pesquisadores latino-americanos. Foi tendo isso em vista que criamos a série de seminários virtuais, que realizamos mensalmente e transmitimos pelo Facebook da Associação. Com esse espírito nós também passamos a apoiar outras iniciativas de associações parceiras, como a própria ABHR, disponibilizando a infraestrutura virtual que tivemos que criar para viabilizar essas atividades.

Particularmente eu não tenho dúvidas de que os encontros presenciais são insubstituíveis, mas depois de quase um ano de experiência utilizando essas

soluções digitais também ficou mais clara a possibilidade de mantermos aquecido um espaço de debate. Além disso, há um claro efeito de divulgação dos nossos debates, que no formato digital consegue alcançar pessoas que dificilmente atingiríamos e também obter números muito expressivos de audiência. Nossos seminários virtuais, por exemplo, uma semana depois de publicados em nossa página atingem uma média de 2.000 visualizações.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: Sabemos que ainda há pouco diálogo entre os estudiosos brasileiros e latino-americanos no campo dos estudos de religião. No entanto, é fundamental aproximarmos e lermos mais uns aos outros. Nos últimos anos, a ACSR, entre outras associações, tem procurado superar essas distâncias. Como você avalia o diálogo entre os estudos de religião no Brasil e na América Latina? Quais os destaques? E em quais áreas ou linhas de pesquisa dos estudos de religião há pouco diálogo entre Brasil-América Latina?

Rodrigo Toniol: Por mais duro que dizer isso seja, não consigo responder a essa pergunta sem sustentar que minha impressão é que nós, pesquisadores brasileiros da religião, vivemos numa espécie de estado dissociativo. Todos estamos dispostos a reconhecer a relevância do diálogo com colegas da América Latina, de afirmar os ganhos disso, de identificar a vitalidade intelectual do continente no campo da religião. Ao mesmo tempo, quando nos propomos a observar efetivamente como esse diálogo ocorre o resultado é decepcionante. Há uns três anos a Associação realizou um levantamento interessante reunindo programas de cursos de graduação e de pós-graduação dedicados à religião ministrados em universidades de toda América Latina. Em linhas gerais, o dado mais gritante foi que o Brasil é o país com maior oferta de cursos, algo certamente relacionado com o tamanho de sua estrutura universitária, ainda que essa não seja a única explicação possível para isso. O fato é que sim, temos uma forte tradição em estudos de religião no país. Na lista dos países com oferta significativa de cursos, Argentina e México também merecem destaque. Ocorre que quando mergulhamos no conteúdo desses cursos, o que vemos por parte dos brasileiros é a quase completa ausência de autores latino-americanos como leitura obrigatória. Nós ensinamos ciências sociais da religião ou a partir de nossos conterrâneos ou de textos de autores do Norte global. Argentinos e mexicanos, por outro lado, parecem estar muito mais dispostos a dialogar entre si e com intelectuais brasileiros do que nós. Claro que poderíamos levantar a

questão da barreira linguística, mas essa é uma explicação frouxa diante da contundência do dado que mencionei.

O mesmo que eu disse sobre os programas se aplica com relação aos artigos e textos que produzimos, basta olhar a bibliografia dos últimos artigos de brasileiros publicados por *Religião e Sociedade*, pela *Plura*, por *Debates do NER* e pela própria revista da Associação, a *Ciências Sociais e Religião*.

Certamente a Associação e outras entidades científicas têm contribuído para melhorar esse quadro, mas confesso que minha sensação neste quesito é de uma insuficiência sistemática. Por isso eu não me sinto sequer confortável para apontar uma ou outra área na qual essa escassez de diálogo seja mais notável. Te-nho a sensação de que esse é um problema bastante generalizado.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: É possível articular política e espiritualidade? Como você vê essas duas dimensões que, em geral, estão bem separadas nos estudos de religião, mas que, na verdade, possuem profunda ligação?

Rodrigo Toniol: De saída, concordo que nos estudos de religião os vínculos entre política e espiritualidade são pouco explorados ou mesmo recusados. Quero tomar dois caminhos para responder a essa questão.

O primeiro tem a ver com o próprio modo pelo qual a categoria espiritualidade tem sido tratada pelas ciências sociais. Apesar da larga trajetória histórica dos debates acerca da categoria espiritualidade na filosofia clássica e na teologia, no campo da antropologia a análise pormenorizada dos usos e das apropriações da “espiritualidade” é um tema pouco frequente e sistematizado. Por um lado, o caráter impreciso e pouco estruturado do termo não inibe sua recorrência em narrativas etnográficas, por outro, no mesmo passo que testemunhamos essa constância também constatamos uma espécie de marginalidade das reflexões sobre a categoria, muitas vezes descrita, simplesmente, como uma forma de negação da religião institucionalizada ou como sinônimo de uma religiosidade centrada unicamente na intimidade do sujeito.

Ainda nos falta uma leitura mais sistemática e consequente dessa categoria. Espiritualidade é um termo moderno, que emergiu junto com as noções de religião e de secular. Ocorre que, ao contrário dessas duas últimas, espiritualidade ainda não foi tratada a partir de sua genealogia – embora algumas tentati-

vas recentes de um conjunto de pesquisadores mereçam destaque. O efeito dessa falta de depuração genealógica é que a noção de espiritualidade permanece coberta pela aura de um termo sem vínculos históricos e sem consequências políticas. Enquanto isso não for visibilizado, dificilmente poderemos avançar nas reflexões sobre espiritualidade e política.

Para destacar um ponto sobre isso que estou dizendo, basta chamar a atenção para o fato de que espiritualidade é um termo fortemente associado ao encontro colonial, tendo operado como categoria de mediação, muitas vezes carregada de violência epistêmica, da relação que estabelecemos com práticas características da Índia e da China, por exemplo.

O outro caminho possível de ser tomado para responder a essa pergunta re-toma os textos de Foucault sobre espiritualidade política. Vou me deter um pouco mais sobre esse aspecto e começo com algumas provocações: Quem pode duvidar da força disruptiva de uma revolta? Quem hesitaria em reconhecer a revolução francesa, maio de 68 ou a primavera árabe como marcos relevantes da história? Apesar de convergirmos diante dessas questões, elas nos remetem a outras cuja unanimidade é muito menos segura: afinal, o que é uma revolução? O que nos permite associar eventos temporalmente tão distantes e processos históricos tão distintos quanto a decapitação de Luís XVI na França e a pauta difusa de estudantes em protesto quase 200 anos depois?

Muita tinta já foi gasta sobre o tema. De Tocqueville a Marx, pensadores que contribuíram para a consolidação da própria matriz analítica das ciências sociais, a pergunta “O que move uma revolução?” ocupou o centro de muitos debates. A onda de protestos espalhados pelo mundo nesta última década nos carregou de volta para esse tema. E curiosamente é nesse contexto que reencontramos o livro *O enigma da Revolta*, de Michel Foucault, no qual o autor faz um importante exercício de vínculo entre espiritualidade e política.

Em 1978 Foucault já havia publicado algumas de suas principais obras: *As palavras e as coisas*, *Vigiar e Punir* e o primeiro volume de *História da Sexualidade*. Nesse mesmo período, no Irã, uma onda de protestos e um ciclo ascendente de violência perpetrada pelo exército abalaram o regime do Xá Pahlevi, no poder desde 1941, e ampliaram o apoio ao Aiatolá Khomeini. Crescente nacionalismo, reação à influência dos Estados Unidos na política e no cotidiano do país, aliados à demanda pela ampliação da visibilidade do islamismo, criaram as con-

dições para o crescimento dos protestos, que culminaram com a queda do regime.

Assim como outros intelectuais franceses, Foucault se interessou pelos acontecimentos. Mais do que isso, foi até Teerã em duas ocasiões para acompanhar os eventos. Em seu regresso escreveu uma série de textos, que chamou de *Reportagem das Ideias*, publicada pelo jornal italiano *Corriere della Sera*. A reação aos textos foi imediata. Sua análise foi considerada como um ato de condescendência e simpatia ao aiatolá Khomeini, incapacidade de diagnosticar a gravidade da situação e mesmo ingenuidade política. No centro do debate estava uma noção particular, que Foucault havia elaborado a partir daquelas observações e que bem descreve no trecho final de um de seus textos: “Qual o sentido, para os homens que moram no Irã, de buscar, ao preço mesmo de suas vidas, esta coisa cuja possibilidade nós esquecemos, desde o Renascimento e as grandes crises do cristianismo? Uma *espiritualidade política*. Eu já ouço os franceses rirem, mas eu sei que eles estão errados” (*apud* Foucault, 2019, p. 12). Foucault passou os anos seguintes tendo que explicar em entrevistas e textos o que queria dizer com essa noção. O livro *O enigma da Revolta* compila alguns desses materiais. A noção de espiritualidade política é apenas superficialmente polêmica, mas mais importante do que isso é a luz que joga sobre nossa própria imaginação acerca do Estado e de processos políticos modernos como fundados sob o terreno da laicidade e um horizonte secular. É a partir do processo revolucionário no Irã, mas não limitado a ele, que Foucault produz suas reflexões, cujo endereço, a ironia com o riso dos franceses não nos deixa enganar, também é o Ocidente.

A reação mais imediata à noção de espiritualidade política como elemento explicativo da Revolução Iraniana foi a acusação de que com ela, Foucault não problematizava a aproximação entre o religioso e o político, e ainda reforçaria a estratégia do aiatolá de legitimar um regime autoritário a partir de um avatar religioso. Foi nessa chave que Claude e Jacques Broyelle, por exemplo, reagiram aos textos de Foucault, afirmando que teriam servido para apoiar o governo de Khomeini por meio da noção de espiritualidade política, desconsiderando que “essa espiritualidade que vigia e pune não passava de um governo islâmico que a cada dia prova por meio de balas seu ilegalismo” (*apud* Foucault, 2019, p. 11). As considerações dos Broyelle além de explicitarem a falta de entendimento sobre o que Foucault estava elaborando, também denunciam a dificuldade da intelectualidade francesa daquele período em lidar com articulações entre religião e política.

ca, sem recorrer ao enquadramento histórico que projeta modernidade, política e religião como terrenos distantes. A modernidade, como nas décadas seguintes o antropólogo Talal Asad ajudou a compreender – não por acaso também refletindo a partir de contextos islâmicos – não instaura o fim da relação entre religião e Estado, mas, pelo contrário, institui um regime a partir do qual a religião passa a ser tema de Estado, afinal, é nesse momento que se torna necessário marcar quais são os limites, qual é o lugar e, em alguma medida, o que é religião. Foucault não aborda a revolução em si, mas tangencia a genealogia do próprio princípio revolucionário. E é aí, nas origens históricas de um processo político marcadamente moderno, que o filósofo reconhece a importância do que chama de espiritualidade.

O atalho para essa ideia, seguindo o caminho delineado por Foucault, é o livro *O princípio esperança*, de Ernst Bloch. Esse trabalho aborda como se deu a consolidação da percepção coletiva de que a realidade das coisas não está definitivamente instaurada e estabelecida, mas que pode haver, no interior mesmo do nosso tempo e da nossa história, uma abertura, um ponto de luz e de atração que nos dá acesso, desde este mundo, a um mundo melhor. É o estabelecimento dessa forma específica de percepção da história que nos remete aos vínculos entre a própria ideia de revolução e um princípio de origem religiosa. Afinal, foram fundamentalmente grupos religiosos dissidentes do cristianismo que, a partir de tensionamentos teológicos, passaram a sustentar a ideia de que, no interior mesmo do mundo em que se vive, algo como uma revolução, seria viável. Foi nesse período que se instaurou como horizonte possível e desejável, a transformação do mundo aqui e agora. O ideal político da revolução e a convicção de sua potência emerge de um debate escatológico, isso é, de um debate sobre o destino do mundo. Se antes, até os séculos XII e XIII, mas especialmente XV e XVI, a transformação do mundo estava condicionada ao seu próprio fim, com a intervenção divina, a partir de então, a esperança revolucionária deste mundo tornou-se possível de ser imaginada. A reforma protestante é o exemplo e a própria realização desse ato revolucionário que Foucault, em diálogo com Bloch, tenta cercar.

Espiritualidade, nesses textos, é a potência transformadora, aquilo que faz agir e transformar o futuro do mundo em que se vive, em um outro futuro. É por isso que espiritualidade, para Foucault, é uma prática de deslocamento de horizonte. As religiões, nas palavras do próprio filósofo francês, são ao mesmo tempo uma espécie de estrutura de acolhimento para essas formas de espiritualidade e

prescritoras de projetos de futuro daqueles que querem transformar a si mesmo. Religiões seriam, nesse caso, apenas uma das formas codificadoras da espiritualidade.

Seja pela necessidade de realizar uma espécie de genealogia da noção de espiritualidade, seja para retomar Foucault, como podem ver, o tema espiritualidade e política me mobiliza bastante.

Waldney Costa, Emerson Silveira e Diego Omar: E uma espiritualidade política libertadora, que leve em consideração as mais profundas desigualdades sociais e econômicas que vivemos, no Brasil e no mundo, também é possível?

Rodrigo Toniol: Se seguirmos a interpretação de espiritualidade política de Foucault, que descrevi anteriormente, diria que espiritualidade carrega uma potência. Nesse caso, não necessariamente libertadora, “apenas” uma potência. Como essa potência será ou pode ser dirigida é outra questão. O que estou querendo dizer, adotando a prudência como norte, é que espiritualidade política não é um valor em si e que seria perigoso concebê-la assim. O Brasil tem em sua história exemplos do que podemos chamar de espiritualidade política libertadora, as CEBs certamente foram demonstrações disso. Mas talvez seja necessário reinventar essas experiências.

Referências bibliográficas

Boletim Cientistas Sociais e o Coronavírus. Disponível em <http://www.anpocs.com/index.php/publicacoes-sp-2056165036/boletim-cientistas-sociais/2325-boletim-semanal>

FOUCAULT, Michel. *O enigma da revolta: entrevistas inéditas sobre a Revolução Iraniana.* São Paulo: n-1 edições, 2019.

GIUMBELLI, Emerson. Religiões em tempo de pandemia. In: GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus.* São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020. p. 506-509.

GODOY, Adriano. Papa e o vazio. In: *LAR Unicamp, Covid-19, Crônicas de Pesquisa, Novidades*, 29 mar. 2020. Disponível em <https://www.larunicamp.com.br/novidades/papa-e-o-vazio/>. Acesso em 27/01/2021.

SINGER, Merrill. *Introduction to syndemics: a critical systems approach to public and community health.* San Francisco: Jossey-Bass, 2009.

TONIOL, Rodrigo. Além do vírus: Não existe pandemia sem Estado. In: *O Estado d São Paulo, Estado da Arte.* São Paulo, 23 de março de 2020. Disponível em

<https://estadodaarte.estadao.com.br/alem-do-virus-pandemia-estado/>. Acesso em 27/ 02/2021.

Livros publicados por Rodrigo Toniol:

GROSSI, Miriam; TONIOL, Rodrigo (org.). *Cientistas sociais e o Coronavírus*. São Paulo: ANPOCS; Florianópolis: Tribo da Ilha, 2020.

GIUMBELLI, Emerson; RICKLI, João; TONIOL, Rodrigo (org.). *Como as coisas importam: uma abordagem material da religião – textos de Birgit Meyer*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2019.

TONIOL, Rodrigo. *Do espírito na saúde: oferta e uso de terapias alternativas/complementares nos serviços de saúde pública no Brasil*. São Paulo: Libertart, 2018.

ALMEIDA, Ronaldo de; TONIOL, Rodrigo (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018.

STEIL, Carlos Alberto; CASTELLANOS, Renée de la Torre; TONIOL, Rodrigo (org.). *Entre trópicos: Diálogos de estudios Nueva Era entre México y Brasil*. Cidade do México: Casa Chata Editorial – Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social, 2018.

SOUZA, André Ricardo; SIMÕES, Pedro; TONIOL, Rodrigo (org.). *Espiritualidade e espiritismo: reflexões para além da religiosidade*. São Paulo: Porto de Ideias, 2017.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos Alberto. *Nos rastros da natureza. A conversão da experiência rural em ecológica a partir de uma política de Estado*. Curitiba: Appris, 2016.

TONIOL, Rodrigo; STEIL, Carlos Alberto. *On the Nature Trail. Converting the rural into the ecological through a state tourism policy*. New York: Nova Science Publishers, 2015.